

NOTAS SOBRE BOURDIEU E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Maria Amelia Ayd Corrêa

Professora de História do CEFET Campos
Mestre em História Social pelo IFCS/UFRJ

A reflexão sobre o conhecimento científico tende, geralmente, a ser mantida no campo do resultado das pesquisas. Este artigo procura discuti-lo num outro viés de abordagem: aquele dos elementos que condicionam a própria produção das pesquisas. A discussão é feita a partir do conceitual bourdiano, tendo como centrais os conceitos de “campo” e “habitus”, e avalia as relações entre pesquisador, objeto e lugar social.

Produção do conhecimento, sociologia bourdiana, teoria da prática, habitus, Campos

“A sociologia da ciência repousa no postulado de que a verdade do produto – mesmo em se tratando deste produto particular que é a verdade científica – reside numa espécie particular de condições sociais de produção”.

Pierre Bourdieu

DA MITIFICAÇÃO DO TRABALHO ACADÊMICO AO “LUGAR SOCIAL” DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Ainda hoje, quando o processo de pesquisa e os resultados do trabalho do pesquisador acadêmico são sabidos como nunca sendo neutros, uma crença perpassa a própria prática da produção do conhecimento científico nas academias: a da sua magnificência. Há uma certa confiança interna, em quase todas as áreas das ciências, de que o trabalho desenvolvido, conquanto seja-se ciente de suas limitações, paira para além da possibilidade

de compreensão pelos indivíduos “comuns”, “não-acadêmicos”. Esta mitificação do trabalho acadêmico tem sido revista desde a década de 60 do século passado, principalmente através da avaliação dos elementos inerentes à sua produção, para o que muito contribuiu o pensamento de Pierre Bourdieu.

A principal premissa deste artigo é a de que toda produção de conhecimento está situada em um “lugar social” (Certeau, 1982), é produto deste lugar, sendo por ele determinada. Descendente deste preceito algumas questões são postas: quais são os elementos determinantes dos modelos de produção do conhecimento que devem prevalecer sobre os demais que disputam um lugar num dado momento, através dos agentes que são, neste recorte, especificamente os agentes da comunidade acadêmica (professores, pesquisadores, alunos, coordenadores de programas, bolsistas)? Por que são umas e não outras as premissas intelectuais dominantes? Tanto quanto produto deste lugar, o processo de produção do conhecimento é também seu produtor a cada resolução que é tomada –metodológica, administrativa, pedagógica, teórica, organizacional, política –, e materializada nas relações sociais e nos arquétipos intelectuais.

A TEORIA DA PRÁTICA

Em um dos principais pressupostos bourdianos, a “teoria da prática”, vislumbra-se resposta adequada para um dos pontos centrais com o qual se depara no tema posto: o de como superar a dicotomia estrutura/subjetividade. A produção acadêmica é, na maior parte das vezes, considerada individual, principalmente no que se refere às dissertações e teses, mas são, todavia, produzidas em um espaço social.

Ao elaborar sua “teoria da prática” Bourdieu discutiu a validade de dois modos de pensamento antagônicos: (i) o fenomenológico, principalmente o weberiano, que afirmava como fundamental a experiência primeira do indivíduo e compreendia o mundo social como elaboração das relações entre estes indivíduos e reduzia, portanto, a possibilidade de compreensão do mundo social como objetivamente produzido, e (ii) o modo de pensamento objetivista, com destaque para o estruturalismo – predominante na academia francesa quando de sua formação acadêmica – que apreendia as relações sociais como objetivas e estruturadoras das

práticas individuais, retirando do sujeito quase toda a possibilidade de interferência e criatividade no estabelecimento destas relações.

Um ponto logo se evidencia no tratamento dado tradicionalmente pelos fenomenólogos e pelos estruturalistas: ainda que indiquem um distanciamento entre estruturas e individualidades, têm o encaminhamento geralmente dado por um viés de adionamento. Pensa-se em como reunir estruturas e subjetividades em uma mesma realidade de pensamento de forma a estar possibilitando o acesso ao estabelecimento das relações entre as obras individuais com as quais em grande parte trabalham aqueles que realizam sua formação acadêmica, as dissertações e teses. Esta perspectiva é a da agregação, da busca do consenso.

Para além destas compreensões Bourdieu sustenta as articulações estabelecidas entre as estruturas e os sujeitos, não no consensual ou numa conexão forçada, mas numa perspectiva relacional, através de uma lógica de superação daquelas duas formas de abordagem.

Bourdieu explica que na oposição básica entre sujeito e estrutura *a análise objetivista não opõe, propriamente falando, um desmentido à análise fenomenológica da experiência primeira do mundo social e da compreensão imediata das palavras e dos atos do outro: ela somente define seus limites de validade que a análise fenomenológica ignora, estabelecendo as condições particulares nas quais ela é possível* (Bourdieu, 1978, p. 51).

O “conhecimento praxiológico” ou o “modo de engendramento das práticas”, que Bourdieu apresenta como superador das possibilidades duais antes postas permite uma resposta que não gera uma aproximação embutida entre os agentes e o produto, mas que produz uma compreensão dialogal e de diferenciais, na medida que permite que se ultrapassasse estas abordagens, e que tem por perspectiva de estudo

não somente o sistema de relações objetivas que o modo de conhecimento objetivista constrói, mas também as relações dialéticas entre essas estruturas objetivas e as disposições estruturadas nas quais elas se atualizam e que tendem a reproduzi-las (Bourdieu, 1978, p. 47).

Destarte a questão inicial estaria superada de várias formas: primeiro, pela transposição das abordagens que a perpassavam e que privilegiavam o adimensionamento e a consequência de uma forma que acabava por ser, por fim, não conflitiva; segundo, pela percepção das estruturas estruturadas como estruturantes e que suas relações com as subjetividades estão sempre entremeadas dialeticamente pelas “disposições estruturadas” que tanto as “atualizam” quanto “tendem a reproduzi-las”. As noções de estrutura objetiva a ser apreendida, de subjetividade como característica principal do agente social, e as relações que entre elas se estabelecem passam assim a ser totalmente revistas.

De uma estrutura acadêmica que existe objetivamente e que dessa forma pode ser assimilada, passa-se à sua compreensão enquanto espaço de construção de “seu princípio gerador”, parte do seu próprio movimento de efetivação, assim não mais apreendendo as práticas como externas a este movimento de elaboração de si mesma.

O movimento é gerador e construtor, num processo de criação e recriação constante. De um produtor acadêmico que prima por suas possibilidades individuais e que tem uma produção individual, embora a partir de pressupostos também coletivos, chega-se a um agente que vivencia as relações dialéticas entre a exterioridade e a interioridade, ou seja, vivencia “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade” (Bourdieu, 1978). Dessa forma não pode haver obra individual e nem um sujeito universal, mas haveria sujeitos acadêmicos, geradores de embates em campos dados.

Podemos dizer que tinha-se, então, uma visão estruturalista da estrutura e uma noção subjetivista do sujeito. Este era quem concedia por si sentido à ação, e a estrutura era o conjunto de regras e normas institucionalizadas dentro das quais o sujeito agia, dentro dos limites que lhe eram possíveis. Dessa maneira sempre permanecia uma separação entre eles, não apenas de distanciamento operacional, o que dificultava a percepção da ação do sujeito na estrutura e concedia à estrutura um caráter de imobilidade, mas na composição de cada um. Sujeito e estrutura eram postos muito mais como estruturados do que como estruturantes.

Embora haja uma filiação mais clara de Bourdieu – e também nossa – ao objetivismo que à fenomenologia, ele não propõe um indivíduo residual

em relação ao coletivo, como, por exemplo, o faz Durkheim, nem defende a postura dos estruturalistas, que ele pretende superar, denunciando que estes consideram os sistemas como “estruturas estruturadas” apenas e não como também “estruturas estruturantes”. Sua maior crítica aos estruturalistas, porém, – e a que mais costuma-se dirigir a estes, embora nem sempre com boas alternativas como as bourdianas –, é a de que o “objetivismo constrói uma teoria da prática, mas somente enquanto subproduto negativo [...] devido a uma impotência de integrar na teoria tudo que se refere à execução” (Bourdieu, 1978, p. 53).

Não obstante, a reintrodução que faz do agente social que havia sido excluído pelo objetivismo, não é posta da mesma forma que o era pelos pensadores da escola fenomenológica, da qual ele também se distancia, pois enquanto para os weberianos as ações adquiririam significado quando compartilhadas pelo outro, para Bourdieu os agentes sociais se relacionariam e se comunicariam em um campo que já tem as posições sociais objetivamente estruturadas e fundadas numa distribuição desigual de poderes.

O HABITUS E O CAMPO

O conceito empregado por Bourdieu para a análise de como é elaborada a mediação entre agente e sociedade é o conceito de habitus. Não pretende-se aqui ficar expondo o conceito, bastante citado em sua definição mais conhecida – o de “um sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes” (Bourdieu, 1978, p. 53) –, mas pensar se este conceito, que segundo alguns autores (Ortiz, 1978, p. 25-29) supervalorizaria a reprodução, porque privilegiaria a disposição enquanto adquirida a partir de embates passados, deve ser utilizado, e de que forma o seria na análise da produção do conhecimento científico. Defende-se aqui que seu uso é uma boa resposta à questão exposta, qual seja, a da mediação entre as estruturas e as práticas. Neste sentido dois aspectos básicos devem ser avaliados.

Primeiro, não se trata, certamente, de substituir os conceitos de estrutura e subjetividade pelos bourdianos de campo e habitus, respectivamente. São conceitos díspares e que se prestam a propostas variadas de análise. A utilização, enquanto conceitual de análise dos

processos de interiorização da exterioridade e exteriorização da subjetividade, a partir dos quais estes novos conceitos são formulados, ou melhor, rearticulados por Bourdieu, e a mediação dialética que é estabelecida entre eles é o que os tornam conceitos diferenciados daqueles, e que permitem uma nova forma de se divisar o objeto em destaque.

Segundo, discute-se aqui se se encontram, e de que forma se encontram os elementos de mudança ou ruptura no conceito de *habitus*. Ortiz estimula a discussão:

No momento em que a análise nos desvenda os mecanismos da reprodução da ordem, surge uma pergunta inquietante: como pensar a transformação? [...] Dito de outra maneira, se o habitus se define por sua tendência à reprodução, como articulá-lo ao movimento da mudança social? (Ortiz, 1983, p. 26).

Mas encontra-se no conceito de *habitus*, entendido como “princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ *sem ser o produto de obediência a regras*” (Bourdieu, 1978, p.6, grifo nosso), uma presença indicadora de certa autonomia do sujeito, ainda que não chegue a se constituir numa proposta que permita antever os mecanismos através dos quais as transposições seriam estabelecidas. A não submissão total do sujeito ao *habitus* no qual ele se cria, exatamente esta perspectiva acima sublinhada, é que poderia ser para Bourdieu uma indicação das possibilidades de mudança, além do que também explicitaria os *mecanismos* de reprodução.

Estamos de acordo com Ortiz, porém, que o conceito de *habitus* e também a forma de pensamento bourdiana se aproxima muito mais de uma sociologia da reprodução¹ que de uma sociologia de transformação. Isto pode ser exemplificado pelas três designações presentes, segundo o próprio Bourdieu, no termo “disposições”, central no conceito de *habitus*: “resultado de uma ação organizadora”, “uma maneira de ser, um estado habitual” e “uma predisposição, uma tendência, uma inclinação” (Bourdieu, 1978, p.61, nota 20), no que é sintomática a não existência de realce nas possibilidades de ruptura com esta “predisposição”.

A denúncia dos elementos de hegemonia nas relações sociais, sua possibilidade – embora não tendência – de transformação, e a percepção do caráter não determinante, embora condicionante, nas ações do sujeito,

de sua posição no campo, ou do *habitus*, demonstram que, se não se dedica à compreensão da transformação, não pode, contudo, ser indicado como defensor da permanência. Fica a falta em tão volumosa obra apresentada ao público por Bourdieu, da explicitação dos mecanismos de superação e ruptura das relações de hegemonia até então postas.

Em um dos seus textos mais recentes, porém pouco aprofundado, o próprio Bourdieu trata desta questão da relação do pensador acadêmico com a sua produção e as mudanças sociais, tanto apresentando uma postura mais ativista:

[...] aquilo com que nós pesquisadores poderíamos sonhar é que uma parte de nossas pesquisas pudesse ser útil ao movimento social [...] é desejável que uma fração de pesquisadores aceite abrir mão de uma parte de seu tempo e de sua energia, à maneira militante (Bourdieu, 1998, p. 73 ss.),

quanto defendendo que a maior contribuição dos pensadores é exatamente a de *pensar* a prática:

[...] nós sociólogos, sem fazer denúncias, podemos empreender o desmonte dessas redes (de governantes e administradores que detém no fundo pouca autoridade por sê-lo) e mostrar como a circulação de idéias é lastreada por uma circulação de poder [...] um dos erros teóricos e práticos de muitas teorias, a começar pela teoria marxista, foi esquecer de considerar a eficácia da teoria (Bourdieu, 1998a, p. 73 et seq.).

De qualquer forma, a questão apresentada por Ortiz não estaria atendida, pois, por que então pensar apenas como a dominação se perpetua, e não, também, como ela pode ser alterada? A crítica de Ortiz, embora se desenvolva a partir dos conceitos de *habitus* e autonomia de campos específicos, não se refere apenas a eles, mas a toda a obra de Bourdieu.

Parece, no entanto, que nem todos estão de acordo com esta defesa de Ortiz do caráter reprodutor da sociologia de Bourdieu indicando que, para este, a prática resulta bastante de um “processo de improvisação” e que o conceito de *habitus*, traz os aspectos de subjetividade e objetividade com igual importância (Postone, Lipuma e Calhoun, 1993).

Quanto a considerar ou não o conceito de campo, “*locus* do

consenso”, como “espaço da transformação” (Ortiz, 1983, p. 27) há que se discutir se há uma autonomia entre os campos e a sociedade, como propõe Bourdieu, se esta percepção de campo realmente configuraria uma caracterização da história enquanto reprodução, como defende Ortiz – o que para nós não seria uma conclusão necessária –, e se o conceito de *habitus* não deveria ser mais uma vez o elemento conceitual mediador, compreendido enquanto “esquema generativo”.

Deixando a defesa de Bourdieu por sua conta própria:

Teria sido necessário falar de reprodução? [...] A velha distinção acadêmica entre a dinâmica e a estática social faz com que se esqueça, muito freqüentemente, que a vida social, a vida do mundo social não é outra coisa senão [...] a distribuição dos poderes que a cada momento determina as forças e as estratégias utilizadas na luta pela transformação ou conservação e, em conseqüência, as possibilidades que essas lutas têm de transformar ou de perpetuar a estrutura (Bourdieu, 1978, p. 40).

Concorda-se, porém, com Ortiz, que este aspecto não é de forma alguma privilegiado por Bourdieu em seu trabalho e indica-se que neste artigo lhe é concedido maior destaque do que fez o pensador em questão na maior parte de sua obra.

CONCLUSÃO

Conclui-se por uma tendência, no conceito de *habitus*, de um privilegiamento maior das disposições definidas anteriormente do que das possibilidades de ação transformadora no presente e que a obra de Bourdieu carece de uma “teoria da prática” que explicita as possibilidades de alteração, de forma a constituir rompimentos².

Ele destaca que se deve pensar sobre as condições nas quais se produziu o próprio pensamento e se dispõe a operar parte desta tarefa, mas carece da discussão sobre o papel da ciência e o papel do cientista social na formação de um conhecimento científico que também possa se constituir como elaborador dos mecanismos de produção de novas possibilidades sociais. É preciso “pensar o próprio pensamento” científico, pensar o modelo epistemológico predominante na maior parte das ciências que ainda

acreditam, no fundo, que não trazem implícitos projetos sociais em cada explicação dada. Pensar como podem as ciências alterar as práticas sociais.

Não há, pois, práticas científicas desinteressadas, e o critério da competência científica se deve tanto à competência técnica num sentido restrito, quanto ao poder social, sendo outorgada a um determinado agente que estará autorizado a falar e agir legitimamente, o que só lhe é permitido por estar operando, em níveis maiores ou menores, mas dentro de gerenciamentos de *habitus* aceitos e constantemente recriados pelo grupo dominante. Não há competência técnica que não seja avaliada necessariamente também pela posição do agente nas hierarquias e não há conhecimento acadêmico que não seja socialmente marcado.

A produção do conhecimento é fruto das escolhas dos indivíduos e dos grupos sociais, mas estes entendidos como sujeitos condicionados pelo *habitus* que lhes encorpa e pelo lugar social que ocupam e no qual este processo se desenvolve.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. SP: Perspectiva, 1999.

_____. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. RJ: Jorge Zahar, 1998a.

_____. **O poder simbólico**. RJ: Bertrand Brasil, 1998b.

_____. “Esboço de uma teoria da prática”; “O campo científico”; “Trabalhos e Projetos”. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu**. Sociologia. SP: Ática, 1978.

_____. “Concluding remarks: for a sociogenetic understanding of intellectual works”. In: POSTONE, M.; LIPUMA, E.; CALHOUN, C. (Orgs.). **Bourdieu: Critical Perspectives**. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. In: **A escrita da História**. RJ: Forense Universitária, 1982.

ORTIZ, Renato. “A procura de uma sociologia da prática”.

In: _____(Org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. SP: Ática, 1983.
(Grandes Cientistas Sociais).

PINTO, Louis. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social**. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

POSTONE, M.; LIPUMA, E.; CALHOUN, C. "Introduction: Bourdieu and Social Theory". In: _____(Orgs.). **Bourdieu: critical perspectives**. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

NOTAS

¹ O que não significa uma sociologia que defende a reprodução, mas que se ocupa de compreender de que forma ela se opera.

² A morte de Bourdieu em 23 de janeiro de 2002 põe por terra os anseios por um avanço em seu pensamento que produzisse uma teoria praxiológica das mudanças e não fundamentalmente das "predisposições".